



Por **Pedro Sena da Silva**
Vice-Presidente da Ordem
dos Engenheiros

TRIBUNA DO ENGENHEIRO

A engenharia, a retoma e a soberania

“O Governo dispõe de uma maioria parlamentar sólida e legitimada por eleitores conscientes da gravidade da situação que o País atravessa.”

A “festa” do modelo de crescimento baseado no aumento do consumo sem que se registassem aumentos de produtividade e crescimento das exportações, deixou-nos marcas profundas. É verdade que com a integração de Portugal na UE e com o Euro, a Balança de Pagamentos terá perdido prioridade política. No entanto, os economistas têm chamado a atenção para o facto de que continua a ser um sólido indicador de competitividade e de sustentabilidade da economia de um país e, nesse sentido, os actuais desequilíbrios em Portugal são assustadores. Em 2004, as importações terão continuado a crescer a um ritmo duplo do das exportações. Existem dois caminhos diferentes para atenuar ou mesmo inverter este défice.

Se há matéria em que existe um vasto consenso é na necessidade de aumentar as nossas exportações. Eleger o aumento das exportações como o caminho virtuoso para resolver os nossos problemas é já um lugar comum. Ainda bem! Contudo, as nossas exportações estão fortemente dependentes do crescimento da economia mundial, em geral, e da europeia, em particular. Logo, se a retoma económica não se consegue por despacho, o aumento das exportações também não. Não basta a vontade, é preciso alguma sorte.

Falemos, então, de outra via que poderá contribuir para atenuar os desequilíbrios e promover a retoma: a substituição de importações e a participação da indústria nacional nos grandes projectos de investimento.

Nova legislatura, novo ciclo económico

Hoje, como poucas vezes terá sucedido no passado, espera-se que o início de uma nova legislatura coincida com o início de um novo ciclo económico. Hoje, como poucas vezes terá sucedido no passado, existe vasto consenso quanto às medidas que são necessárias. O Governo dispõe de uma maioria parlamentar sólida e legitimada por eleitores conscientes da gravidade da situação que o País atravessa.

Estas vias contribuem tanto mais para o crescimento saudável da economia, quanto maior o valor acrescentado dos produtos e serviços envolvidos.

O saber e as competências existentes em Portugal nos vários domínios da engenharia, nas empresas, nos laboratórios e nas universidades, são recursos riquíssimos que não podemos desbaratar e que são capazes de responder, em termos competitivos, a muita da procura interna que hoje é perdulariamente satisfeita com produtos e serviços importados.

Pouco se tem falado sobre a substituição de importações. A propósito da Rede Nacional de Alta Velocidade, volta a falar-se - em boa hora - da incorporação

nacional. Do cidadão ao Estado, passando pelas empresas, dar preferência ao que é fabricado em Portugal (não necessariamente empresas portuguesas, mas sim empresas que criam riqueza em Portugal) deveria ser uma prioridade. Num país onde o Estado tem o peso que tem na economia, impõe-se que o Estado, sendo exigente, promova os fornecedores que incorporam mais valor nacional. Esta, aliás, era uma das recomendações implícitas do Relatório Porter ao estipular que o Estado deveria estimular e desafiar a indústria, impondo standards e regulamentos exigentes nas compras públicas.

Além das compras por parte do Estado, existem algumas empresas nacionais que, pela sua dimensão, têm um papel estruturante na economia. Também essas empresas não devem, a pretexto do global sourcing e enquanto clientes de muitas pequenas e médias empresas nacionais, ter uma política de compras baseada exclusivamente numa prática de leilões invertidos.

E não é de protecção que estamos a falar. É de soberania.

Sabemos que é essa a prática do Estado e das grandes empresas, tanto públicas como até privadas, em Espanha, França, Alemanha ou Itália. E quanto maior é o conteúdo em engenharia dessas compras ou investimentos, mais determinado deve ser o exercício da soberania! =

gabinete.comunicacao@cdn.ordeng.pt